



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

RESIDÊNCIA ACADÊMICA EM ARQUITETURA E URBANISMO: UM PROJETO PIONEIRO DE
EXTENSÃO NA UFBA

Angela Maria Gordilho-Souza (PPGAU-UFBA) - amgs.ufba@gmail.com

Arquiteta e Urbanista pela UFBA. Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR-UFRJ. Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela FAUUSP. Professora no PPGAU/UFBA, foi proponente e coordenadora da implantação da RAU+E/UFBA.

Residência Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo: um projeto pioneiro de extensão na UFBA¹

A NECESSÁRIA INTERAÇÃO PROPOSITIVA DA UNIVERSIDADE COM A REALIDADE

O papel extensionista das universidades tem originado crescentes possibilidades de práticas articuladoras de ensino e pesquisa junto à sociedade, irrigadoras de conhecimento renovado e soluções partilhadas com instituições externas e grupos sociais participantes. São potencialmente impulsionadoras de novos conhecimentos e ações públicas nos processos de transformação social. Considerando que essas conquistas são ainda frágeis na transformação social, a consolidação de iniciativas acadêmicas profissionais extensionistas vem contribuir para o reconhecimento do papel social da universidade num quadro de ampla desigualdade e exclusão social, para grande parte da população do mundo, em especial na América Latina.

Nesse contexto, o papel social da universidade é fundamental para o conhecimento crítico compartilhado e propositivo da realidade. Contribui não apenas na produção do conhecimento e formação técnico-científica, mas também na trajetória crescente da ação extensionista de natureza educativa para “fora dos muros”, no seu diálogo mais direto com a sociedade e aprendizado coletivo. As ações afirmativas da universidade ampliam crescentemente as interações com os movimentos sociais nas diversas áreas, e o protagonismo da cidade aparece como um dos principais mobilizadores.

O cientista português Boaventura de Sousa Santos (2004) refere-se a uma crise de legitimidade da universidade pública no processo de globalização, frente aos ataques do neoliberalismo no desmonte da sua autonomia. Para ele, esse enfrentamento passa por “criar uma nova institucionalidade”, para além da formação instrumental e da regulação privada, como proposta para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. Entende que o caminho de legitimar a responsabilidade social passa pelo fortalecimento da extensão, no âmbito de ações de aprofundamento da democracia interna e externa da universidade: “A luta pela legitimidade vai assim ser cada vez mais exigente e a reforma da universidade deve centrar-se nela. São cinco as áreas de acção neste domínio: acesso; extensão; pesquisa-acção; ecologia de saberes; universidade e escola pública”. (SANTOS, 2004, p. 48, grafia original)

A formação universitária em Arquitetura Urbanismo (AU) aqui enfocada, com funções essenciais de pensar, criar, projetar e construir espaços, tem um papel crucial no planejamento urbano e regional diante desses desafios sociais, mas vivencia uma profunda crise de formação e reconhecimento social.

¹ Este texto traz a experiência da autora como proponente e coordenadora das três primeiras edições do curso de especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade, na modalidade Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (RAU+E), aprovado em 2011 na Universidade Federal da Bahia (UFBA), como atividade de ensino-pesquisa-extensão. A implantação foi desenvolvida nos últimos dez anos, com ampla adesão de docentes, discentes e comunidades, interação que promoveu os ajustes necessários para sua continuidade como curso permanente, na sua quarta edição, iniciada em 2020. A viabilização desse projeto não seria possível sem essas contribuições e dedicação criativa dos participantes, aos quais agradeço pela confiança.

Tradicionalmente, há um grande distanciamento do ensino formal frente as realidades populares, no reconhecimento dos seus territórios e demandas do ambiente construído, sendo necessário um diálogo mais direto com a sociedade, nas diversas escolas, cadeiras e cursos, sobretudo nos cursos de pós-graduação.

Para compreender os limites e possibilidades desses alcances, pontuam-se, na proposta pioneira de residência acadêmica profissional implantada institucionalmente na Universidade Federal da Bahia, a sua natureza, abrangência e forma de funcionamento, na implementação de processos e práticas de assistência técnica na área de Arquitetura e Urbanismo (AU) e áreas afins.

RESIDÊNCIAS ACADÊMICAS NA PÓS-GRADUAÇÃO: EXTENSÃO NA PRÁTICA PROFISSIONAL PARA INCLUSÃO SOCIAL

No Brasil, as primeiras iniciativas que deram origem às residências acadêmicas são da primeira metade do século XX, relacionadas à assistência médica e assistência técnica rural, surgidas na perspectiva assistencialista e capacitação em serviço. Vinculados às universidades, na medida em que sua institucionalização avança como política de Estado, as possibilidades de atuação e os impactos sociais dessa atuação são ampliados, atualmente regulamentados no Sistema Único de Saúde (SUS).² No SUS, a atuação preventiva em bairros, comunidades e casas, além da unidade básica de saúde, está no serviço dos agentes comunitários de saúde, participando de equipe multidisciplinar com informações domiciliares para os planos de ações locais, frente à situação de saúde da comunidade.

As amplas vulnerabilidades urbanas, com atenção especial às precárias condições habitacionais para uma grande parte da população no Brasil, constituem situações que não podem prescindir da discussão de saúde e segurança ambiental de forma mais ampla, na qual é indispensável a renovação do ensino e da pesquisa de forma associada à extensão na formação profissional no campo da AU. A preservação da saúde para o bem-estar coletivo também está vinculada à educação e à cultura dos lugares, em cada época, universo no qual a extensão universitária tem um importante papel de diálogo.

Atualmente, do total da população brasileira, estimada em de 211 milhões de habitantes (IBGE, 2020), 85% constituem população urbana e quase metade mora nas principais metrópoles.³ Essa concentração nas grandes cidades está associada à vasta ocupação informal nas periferias urbanas, processos de urbanização que ocorreram à revelia das legislações urbanísticas vigentes à época, configurando a moradia possível para a população de baixa renda, em

² A residência médica existe desde a década de 1940, voltada para capacitação prática do médico recém-formado sob a orientação de profissionais médicos qualificados, dentro de instituições de saúde, universitárias ou não, e hospitais credenciados.

³ Na última década, as estimativas apontam para um aumento gradativo da quantidade de grandes municípios do país. No censo de 2010, somente 38 municípios tinham população superior a 500 mil habitantes, e apenas 15 deles tinham mais de 1 milhão de moradores. Já em 2020, eram 49 os municípios brasileiros com mais de 500 mil habitantes, sendo 17 os que superavam a marca de 1 milhão de habitantes. O conjunto das 27 capitais supera os 50 milhões de habitantes, representando, em 2020, 23,86% da população total do país. (IBGE, 2020)

proporções atuais variando em cerca de 20% a 60% do total da população nas grandes cidades, sendo os índices maiores nas regiões Norte e Nordeste.⁴ São condições advindas de um longo processo de exclusão social de benefícios coletivos e acesso à terra para moradia, fundamentos da “urbanização desigual” brasileira desde as primeiras décadas do século XX. (SANTOS, 1982)

Diante desse quadro, o papel extensionista das universidades tem originado crescentes possibilidades de práticas articuladoras de ensino e pesquisa junto à sociedade, irrigadoras de conhecimento renovado e soluções partilhadas com instituições externas e grupos sociais participantes. São potencialmente impulsionadoras de novos conhecimentos e ações públicas nos processos de transformação social. Considerando que essas conquistas são ainda frágeis na transformação social, a consolidação de iniciativas acadêmicas profissionais extensionistas vem contribuir para o reconhecimento do papel social da universidade num quadro de ampla desigualdade e exclusão social.

No Brasil, as primeiras discussões de assessoria e assistência técnica surgiram no contexto das reformas sociais da década de 1960, voltadas para o acesso a terra, produção de habitação social e orientação técnica nos processos de autoconstrução da habitação popular nas periferias. As iniciativas de legislação para instituição dessas atividades se inspiram nas residências médicas e na sua regulamentação de funcionamento pelo SUS. O primeiro projeto de lei, de autoria deputado federal gaúcho Clóvis Ilgenfritz, eleito em 2001, traz o conceito do “SUS da habitação”, propondo assistência técnica de arquitetos e engenheiros voltada para a produção e a melhoria da unidade habitacional autoconstruída, projeto que não tramitou nessa legislatura. Posteriormente, no mandato do deputado federal baiano Zezéu Ribeiro, legislatura 2006-2010, o projeto original foi retomado, com ampla discussão das representações profissionais. Foi apresentado, então, um novo projeto de lei ajustado, aprovado na forma da Lei nº 11.888 (Athis), promulgada em 24 de dezembro de 2008, que “assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005”. (BRASIL, 2008)

Incorporando as atividades em arquitetura, urbanismo e engenharia, a Lei Federal nº 11.888 estabelece várias modalidades de atuação e os diversos agentes, por meio de ações da gestão pública, assessorias e atividades extensionistas; entre elas, a atuação de profissionais inscritos em programas de residência acadêmica ou em programas de extensão universitária, por meio de escritórios-modelo ou escritórios públicos, a seguir destacados no corpo da lei, no seu artigo 4º:

I – Servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

II – Integrantes de equipes de organizações não-governamentais sem fins lucrativos.

III – Profissionais inscritos em programas de residência acadêmica em arquitetura, urbanismo ou engenharia ou em programas de extensão

⁴ Com base em metodologia desenvolvida para o município de Salvador, para o qual o índice de informalidade encontrado para o total de ocupação habitacional é de 35%, onde moram cerca de 60% da população. (GORDILHO-SOUZA, 2000)

universitária, por meio de escritórios-modelos ou escritórios públicos com atuação na área.

IV – Profissionais autônomos ou integrantes de equipes de pessoas jurídicas, previamente credenciados, selecionados e contratados pela União, Estado, Distrito Federal ou Município. (BRASIL, 2008, art. 4º).

Nas atividades previstas, estão inclusos “[...] todos os trabalhos de projeto, acompanhamento e execução da obra a cargo dos profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia necessários para a edificação, reforma, ampliação ou regularização fundiária da habitação”. (BRASIL, 2008, art. 2º, § 1º) Ainda que se limitando a essas categorias profissionais, essas definições contribuem para ampliar ações complementares, abarcando indiretamente um amplo leque de atribuições profissionais complementares e da cadeia produtiva da construção, com o necessário envolvimento dos moradores no processo.

Essa lei de Athis, como também é referida, representa um grande avanço legal, mas ainda há limitações para sua efetivação plena, uma vez que, não sendo regulamentada, não define recursos orçamentários para tal finalidade. A sua efetivação prática ampliada implica a criação de um sistema de financiamento público para produção e remuneração do trabalho de arquitetos, urbanistas e engenheiros envolvidos no projeto e na construção de habitação social.

É importante observar que essa lei é aprovada num contexto político favorável às políticas sociais, quando o recém-criado Ministério das Cidades estabelecia políticas urbanas de fortalecimento da gestão local, participativas e inovadoras, em programas e investimentos de habitação de interesse social, como já referido. Ainda em 2008, foi elaborado o Plano Nacional de Habitação de Interesse Social, no âmbito do recém-criado Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, atrelados à criação de fundos e conselhos de habitação municipal. (MARICATO, 2011) A “inflexão” que se seguiu, com a prioridade dada ao programa MCMV, executado por empresas privadas, repercutiu no estancamento do processo de regulamentação dessa lei de Athis. (GORDILHO-SOUZA, 2014)

Esse arrefecimento mobilizou várias ações da sociedade civil, notadamente dos movimentos por moradia e entidades profissionais. Muitos eventos nacionais e regionais foram promovidos pela União Nacional de Moradia Popular e pela campanha nacional do CAU/BR já referida. O tema da ATHIS também tem sido recorrente nos projetos recentes das universidades, em assessorias técnicas de editais e em publicações, como já referidos.

Com base na Lei Federal nº 11.888/2008, por iniciativas de algumas universidades, no âmbito de pós-graduação têm sido desenvolvidos cursos de especialização na modalidade prevista de residência acadêmica, como projetos de ensino-pesquisa-extensão voltados para essa área de atuação. Diferenciam-se das demais residências profissionais constituídas, por estender essa prática acadêmico-extensionista para atuar na complexidade social do ambiente construído, o que exige um entendimento político, mediações, transdisciplinaridade e inventividade técnica para as diversas situações trabalhadas, conforme se verifica na implementação das iniciativas pioneiras realizadas.

RESIDÊNCIA EM ARQUITETURA E URBANISMO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - RAU+E/UFBA

A proposta pioneira para implantação de um núcleo de RAU+E/UFBA foi viabilizada em 2011, com a aprovação do curso de especialização em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade, pela Pró-Reitoria de Extensão da UFBA – Processo nº 060417/11-52. (GORDILHO-SOUZA, 2011) O projeto foi idealizado no âmbito do LabHabitat⁵ e implantada na Faufba, com apoio do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e da Escola Politécnica da instituição, como curso de pós-graduação *lato sensu*, gratuito e bianual, para 25 vagas. Foi implementada em três edições experimentais (2013-2014, 2015-2016, 2017-2018), atualmente funcionando na sua quarta edição (2020-2021), como curso permanente.

Tendo como base a Lei Federal nº 11.888/2008, a proposta inspira-se inicialmente nas residências da área de saúde, diferenciando-se da prestação de serviços, ao promover nas atividades de ensino-pesquisa-extensão a interlocução com as comunidades envolvidas, na elaboração de projetos em processos de aprendizagem coletiva. Nessa formação profissional, buscam-se desenvolver propostas compartilhadas, em resposta às amplas demandas sociais, como instrumento de potencialização de investimentos públicos diante da grande precariedade do ambiente construído. A grade curricular, com cinco disciplinas, atividade de assistência técnica e trabalho final, abarca aulas teóricas, seminários, atividades supervisionadas, oficinas, pesquisa aplicada e projetos participativos. Compõe um total de 40 créditos e 1.368 horas, distribuídas em três semestres letivos, em 20 horas semanais, com certificação do MEC. A residência está voltada para profissionais recém-graduados e gestores públicos, preferencialmente da área de AU, mas são oferecidas vagas para áreas afins, incorporando também estudantes em final da graduação, como estágio profissional junto aos projetos dos residentes. Com esse escopo, visa à formação de recursos humanos, associada à assistência e assessoria técnica nessa área de atuação e afins, para o desenvolvimento de projetos colaborativos, que são repassados para as comunidades demandantes, com potencial de implementação posterior, tendo a universidade como mediadora entre comunidade e gestão pública.

Introduzem-se, assim, novas perspectivas de projetos extensionistas na pós-graduação em AU para formação continuada, com ampliação multidisciplinar em atividades de ensino-pesquisa-extensão. Os processos de imersão nos territórios, associando teoria e prática, potencializam com a troca de saberes e percepções da realidade vivida, aproximações projetuais inovadoras, mais próximas das reais necessidades das comunidades. Ao final das três primeiras edições, 73 projetos foram desenvolvidos pelos residentes, com a participação de 54 professores credenciados, que, trabalhando em pequenos grupos, atuaram em 25 comunidades, com interações nas escolas

⁵ Elaborada pela professora Angela Maria Gordilho-Souza, coordenadora do LabHabitat, sendo inicialmente apresentada ao colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da UFBA e encaminhada à Congregação da Faufba, que aprovou a proposta em julho de 2011. Com adesão de outros professores da Faufba, para sua aprovação junto à Pró-Reitoria de Extensão da UFBA, foi aprovada em dezembro de 2011. A primeira edição foi iniciada em abril de 2013. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2011)

locais, associações e lideranças, desenvolvendo processos interativos por meio de oficinas e propostas de qualificações de espaços públicos. Os resultados estão disponibilizados no *site* institucional. (RAU+E/UFBA, 2020)

NUCLEAÇÕES DA RAU+E/UFBA

Nas edições realizadas na implantação da RAU+E/UFBA, o curso recebeu profissionais-discentes de outros estados do Brasil, o que fomentou nucleações em outras universidades, desenvolvendo projetos nas localidades de origem em cotutoria com professores das instituições nucleadas. A primeira experiência de nucleação foi com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a partir da segunda edição do curso, tendo resultado na implantação de um curso similar, em 2020, na modalidade residência acadêmica: Assistência Técnica nas Áreas de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (ATAU+E), no Centro de Tecnologia (CT-UFPB), adiante descrito.

Outras iniciativas estão em andamento nas universidades federais de Pelotas, Brasília, Ceará, Sergipe e Rio Grande do Norte. Na Universidade de Brasília (UnB), a proposta vem sendo estruturada em uma ampla parceria, composta pelas seguintes instituições: Núcleo de Política de Ciência, Tecnologia e Sociedade (NPCTS/UnB) e professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/UnB), da Faculdade de Planaltina (FUP), da Faculdade de Agricultura e Medicina Veterinária (FAV) e do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB), da Faculdade de Ceilândia (FCE), da Faculdade de Educação (FE) e do Instituto de Ciências Humanas (IH). Visando formar uma base epistemológica transdisciplinar em tecnociência solidária para incluir a extensão universitária na pós-graduação, foi proposto inicialmente um curso de extensão intitulado “Fundamentos em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) – Habitat, Agroecologia, Economia Solidária e Saúde Ecosistêmica”, aprovado em 2020, com início previsto em 2021.⁶

A discussão atualmente posta, além da necessidade da regulamentação da lei de Athis de forma a viabilizar a amplitude necessária dessa ação técnica interativa nos territórios vulneráveis, traz nos seus conteúdos também a dualidade dos conceitos de “assistência” e “assessoria” técnica. O primeiro é traduzido como “assistencialista” e o segundo, como “redentor”. A fragilidade nessa dualidade está em não trazer os conteúdos necessários da diversidade de ações e das práticas nessa área, desenvolvidas por diferentes agentes, objetivos, conteúdos e contextos. A ausência do entendimento histórico-político na discussão conceitual traz um enfraquecimento na potencialidade de avanços institucionais, conforme recuperados neste texto.

Para melhor distinção, entre outras questões, é importante entender a diversidade de agentes promotores e suas práticas: gestão pública (federal, estadual, municipal), instituições sem fins lucrativos (ONGs, organizações da sociedade civil de interesse público, escritórios de assessoria, associações etc.), empresas prestadoras de serviço, organizações da sociedade civil (coletivos autônomos, movimentos sociais etc.) e extensão universitária (escritórios-modelo, núcleos e laboratórios, residências acadêmicas e profissionais) – enfim, conteúdos muito diversos, para além das nomenclaturas. A precisão dos

⁶ Ver: <https://sig.unb.br/sigaa/public/departamento/extensao.jsf?id=353>.

conceitos, no tempo e nas práticas, leva a um melhor entendimento dos resultados socioambientais pretendidos e alcançados. Uma atuação para Athis pode ser desenvolvida como assessoria técnica, e uma assessoria técnica pode ter conteúdos meramente assistencialistas, dependendo do agente que promove as ações e da metodologia de interação com as comunidades.

Os conceitos tratados de forma abstrata, com ênfase na dualidade das nomenclaturas, induzem a uma análise simplificadora da pluralidade de ações de AU desenvolvidas nas últimas décadas no Brasil, também ofusca os resultados alcançados e não avança na conquista social coletiva possibilitada pela aprovação da Lei nº 11.888/2008.

RAU+E/UFBA: DA IMPLANTAÇÃO À CURSO PERMANENTE DE PÓS-GRADUAÇÃO⁷

A formatação da RAU+E/UFBA, proposta aprovada em 2011 e implantada em 2013 na Faculdade de Arquitetura da UFBA Faufba, trouxe o desafio da inovação como atividade acadêmica profissional extensionista de pós-graduação em AU. Viabiliza-se, como já referido, com base na Lei Federal nº 11.888/2008, que instituiu essa modalidade de atuação acadêmica para Athis, mesmo considerando as limitações da não regulamentação dessa lei, como já analisado.

A proposta original apresentada à UFBA inspirou-se nas residências profissionais da área médica e da saúde, na perspectiva de serviço de interesse social. Previa-se atuar diretamente em territórios vulneráveis de habitação, com apoio de prefeituras, nas quais os residentes e seus tutores estariam vinculados com bolsa-trabalho. Visava sobretudo à interiorização desses serviços em pequenos municípios. (GORDILHO-SOUZA, 2011) Baseava-se, assim, no referido ideário do “SUS da habitação”. Nesse projeto inicial, a proposta extensionista acadêmica por meio de curso de especialização associava-se às atividades de capacitação profissional na prática, em serviço.

A sua formulação, no início de 2011, teve o apoio conjunto da assessoria do gabinete da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (Seplan-BA) e da Caixa Econômica Federal, nessa instituição, da Gerência de Assistência Técnica, então existente. Alinhava-se então à implantação da política federal de habitação de interesse social e do Plano Nacional de Habitação, aprovado pelo Ministério das Cidades em 2009.⁸ Com a inflexão mencionada dessas políticas federais descentralizadas municipalmente, dando lugar à intensiva produção de unidades habitacionais por empresas contratadas no programa MCMV, esse projeto de residência acadêmica a ser implantado pela cooperação institucional não prosperou.

⁷ Este texto tem como base a proposta do curso apresentada à UFBA em 2011, com os ajustes incorporados ao longo da sua implantação, recuperando conteúdos parciais de textos da autora proponente e em coautoria com professores que atuaram nessa construção, conforme referências.

⁸ A viabilização dessa proposta inicial se deve às circunstâncias dos profissionais envolvidos, que, coincidentemente, estavam ocupando naquele momento cargos públicos vinculados a essa iniciativa: Zezéu Ribeiro, como secretário da Seplan-BA (2011-2012); Jorge Hereda, como presidente da Caixa (2011-2015); e esta autora, como a professora coordenadora do LabHabitar da Faufba e ex-secretária de Habitação de Salvador (2005-2008).

Com a proposta já aprovada pela UFBA em 2011 e considerando a ampla adesão docente, seguiu-se então para a revisão da sua formatação para uma implementação acadêmica.⁹ Mantendo-se os conteúdos básicos de um curso de especialização para assistência técnica em habitação e direito à cidade, o projeto passou a ter como centralidade o protagonismo da interlocução com as comunidades envolvidas. Nesse formato, a universidade passou a ter o papel de articuladora das atividades nos territórios e mediadora, junto à gestão pública, para implantação dos projetos desenvolvidos. A perspectiva conceitual da proposta nessa nova configuração deslocou-se da ideia de “aprender em serviço” junto às prefeituras para privilegiar, na atividade extensionista de pós-graduação e formação profissional em territórios de periferia, as relações dialógicas junto às comunidades. Nessa proposta de assistência técnica, o eixo metodológico passou a ser o “aprender coletivo” para ações propositivas, visando ao impulsionamento de projetos e políticas apropriados às transformações sociais.

Objetivos e redimensionamento conceitual da proposta

Sem o fomento externo para custeio de bolsas, mas contando com o apoio institucional da UFBA e a adesão voluntária dos professores da Faufba, sobretudo de graduação com atuação em projeto, bem como de docentes extensionistas da pós-graduação e colaboradores externos, ampliou-se o quadro docente, com formação e experiência diversificada nesse campo de atuação. Também foi adotado, desde a seleção para a primeira edição (2013-2014), o ingresso preferencial de discentes graduados em AU, abrindo-se também vagas para outros profissionais de áreas afins, questão fundamental na aproximação multidisciplinar e dialógica almejada.

Nesse formato, o curso passa a ter como objetivo principal viabilizar assistência técnica pública e gratuita com projetos de moradia digna e melhorias ambientais para comunidades vulneráveis, fortalecendo a inserção social da universidade pública em atividades extensionistas, a capacitação profissional e a inovação tecnológica em prol do direito à cidade. Para isso, são consideradas as gigantescas e complexas demandas sociais nos territórios populares e áreas periféricas urbanas, a necessidade de políticas públicas apropriadas e as conquistas dos movimentos sociais na construção social coletiva pelo direito à cidade. Para tanto, a denominação do curso traz como referência o pensamento de Henri Lefebvre (1991), na sua clássica obra *O direito à cidade*, buscando potencializar nas ações propostas a construção social coletiva para além dos direitos à moradia.

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à *obra* (à atividade participante) e o direito à *apropriação* (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade. (LEFEBVRE, 1991, p. 135, grifo do autor)

⁹ O apoio da Diretoria da Faufba, tendo à frente a professora Naia Alban Suarez, muito contribuiu para a implantação do projeto, bem como para a adesão crescente de um grupo de professores da UFBA motivados com a aprovação do projeto nas instâncias da UFBA.

Nesse sentido, almeja-se, para além de propostas que incorporem as necessárias melhorias físicas como produtos a serem alcançados, que as discussões e questões levantadas sejam apropriadas como meio de crescimento individual e coletivo, valorizando os processos de socialização das apreensões e definições pactuadas. (GORDILHO-SOUZA; EMILIANO; ROCHA, 2018)

Diferentemente do assistencialismo da prestação de serviço, a proposta de assistência técnica trazida para esse curso de extensão se baseia no respeito à autonomia dos indivíduos e dos grupos. Alinha-se à proposta de Paulo Freire (1996, p. 7), de “[...] uma pedagogia fundada na ética, no respeito à dignidade e à própria autonomia do educando”. No processo de aprendizagem coletiva proposto, horizontal e aberto, a pluralidade de sujeitos envolvidos alarga e enriquece o conhecimento da realidade, com o saber-fazer popular no aprimoramento de tecnologias sociais. Entende-se que essa condição potencializa as possibilidades propositivas na apreensão dos territórios e do ambiente construído, enriquecendo o processo de aprendizagem para a transformação dos lugares.

Conteúdos formais e metodológicos

Associando teoria e prática junto às comunidades envolvidas, o curso define como atividades, além de aulas, seminários, trabalhos orientados, trabalhos em grupo e imersão nos territórios, desenvolvendo pesquisa, processos, produtos e técnicas e promovendo oficinas na interação com as comunidades. São incentivados os processos para percepções críticas de possibilidades para melhoria do habitar, entendido de forma ampla, para além da unidade habitacional, abarcando prioritariamente espaços públicos de uso coletivo e a inserção urbana dos lugares.

A proposta da RAU+E/UFBA, de caráter pluridisciplinar, como curso de especialização público e gratuito, prevê edições bianuais, para até 25 profissionais, com predominância em AU, absorvendo em menor número profissionais de áreas afins, além de engenharia. Estima-se duração total de 14 a 16 meses, com carga horária de 20 horas semanais, que totalizam 40 créditos acadêmicos (24 créditos: 408 horas – horas-aula e trabalho final), somados aos 16 créditos de trabalho de campo (960 horas). Similar à carga horária de mestrado profissional, essa residência acadêmico-profissional se distingue por trazer uma carga horária específica para assistência técnica junto às comunidades, além do trabalho final, interativo e orientado pelo(s) tutor(es).

Na metodologia de aproximação de ensino-pesquisa-extensão, são valorizados tanto os processos como os produtos, como forma de conhecimento coletivo e possibilidades propositivas, tendo como principais diretrizes:

- a. teoria e prática em projetos participativos, para apreensão coletiva;
- b. protagonismo da comunidade nas definições de prioridades e projetos;
- c. dimensão inter e transdisciplinar, saber técnico e popular;
- d. métodos interativos criativos e inovadores, por meio de oficinas, jogos e arte, buscando participação das escolas locais;
- e. abordagem socioespacial e tecnologias apropriadas para as realidades encontradas;

- f. abrangência da moradia incluindo habitação, espaços públicos, mobilidade, infraestrutura, equipamentos, atributos paisagísticos e ambientais para maior segurança, sustentabilidade e inserção urbana;
- g. percepção das referências simbólicas, memória, valorização da cultura dos territórios;
- h. práticas propositivas para melhoria da moradia, entendida para além do lugar, pelo direto à cidade.

Ao final do curso, os resultados são apresentados publicamente em exposição coletiva e na forma de monografia, constando do conjunto das atividades desenvolvidas e propostas como produtos que potencializam ações de continuidades posteriores. Na avaliação do trabalho final, além da composição de banca acadêmica prevista, representantes da comunidade são convidados para depoimentos sobre o processo de trabalho de assistência técnica desenvolvida. Os projetos são repassados para as comunidades, por meio de um termo de disponibilidade, na perspectiva da continuidade da atuação profissional dos autores e tutores como assessoria técnica, por meio de editais de fomento ou mobilizando a gestão pública para a sua realização.

O desenvolvimento de propostas, práticas e projetos pressupõe a discussão coletiva em seminários internos, externos e oficinas, além das orientações por professores tutores, que poderão atuar em coautoria posterior. São enfatizadas não apenas técnicas apropriadas, mas também conteúdos conceituais que possam contribuir para apropriação coletiva e definição de propostas com potencial de efetividade. Também é incentivada a busca de fomento para práticas construtivas possíveis de realização nos prazos estimados. No apoio aos trabalhos em comunidades, integram-se aos residentes e seus tutores estudantes de graduação, bolsistas de iniciação científica e de extensão dos grupos de pesquisa associados, bem como alunos do estágio profissional.

Constitui-se, assim, uma iniciativa acadêmica inovadora na oferta atual de educação continuada em pós-graduação nessa área de atuação, amparada pela relação entre universidade e comunidade, numa perspectiva de integração multi e transdisciplinar, envolvendo os diversos níveis e campos de formação profissional, diferentes saberes e instâncias sociais, alinhada às diretrizes da Política Nacional de Extensão Universitária e do Estatuto da Cidade.

Resultados e desdobramentos

As atividades desenvolvidas envolveram um grande número de docentes, discentes, gestores, instituições públicas, lideranças comunitárias e centenas de participantes locais. Viabilizaram a disponibilidade de um importante acervo de referências dos processos e produtos resultantes, disponibilizados no *site*¹⁰ do curso e no Repositório UFBA.¹¹ Considerando as amplas demandas por tecnologias sociais inovadoras para esse campo de atuação, esses resultados trazem contribuições para debates e redimensionamentos de novas práticas, bem como continuidade das propostas dos grupos envolvidos.¹² Com a iniciativa

¹⁰ Disponível em: www.residencia-aue.ufba.br.

¹¹ Disponível em: www.repositorio.ufba.br.

¹² Vários projetos realizados no curso tiveram continuidade em assessorias viabilizadas por editais, como ocorrido com a proposta para implantação do Parque Theodoro Sampaio, em

das nucleações em outras universidades, ampliam-se as possibilidades de cooperação e troca de experiências interinstitucionais para aprendizagem coletiva, numa perspectiva de rede nacional na montagem de um programa de pós-graduação de residências acadêmicas em AU.

Nas três edições experimentais realizadas (2013-2014, 2015-2016, 2017-2018), além dos principais resultados quantitativos já salientados (73 concluintes, 54 professores, 25 comunidades, 6 nucleações), a implantação da RAU+E/UFBA contribuiu para incrementar a lei de assistência técnica, trazendo a sua viabilidade para a prática acadêmica de formação profissional especializada, com inserção social da universidade pública.

Sobre as principais limitações para consolidação ampliada dessa experiência, destaca-se a ausência de bolsas de extensão para pós-graduação, que poderiam trazer uma carga horária maior de atuação dos discentes e docentes, e de fomento para realização dos projetos *a posteriori*, incidindo, assim, com maior efetividade no campo de atuação da assessoria profissional em AU e áreas afins. Para essas edições experimentais, o curso se manteve com os recursos materiais e humanos da UFBA, com grande dispêndio de trabalho voluntário dos docentes envolvidos, já que, para discentes, a atuação é compensada pela oferta gratuita do curso.

Como apoio para aquisição de material de consumo e equipamentos, a residência recebeu fomento do Proext MEC/Cidades para as duas primeiras edições, entretanto não houve continuidade quando esse programa foi paralisado. Para uma maior amplitude de capacitação, propostas e práticas, o fomento público é fundamental, observando-se o baixo custo de realização frente aos benefícios potenciais. Por outro lado, o apoio de instituições de interesse público, de municípios aderentes e de entidades de moradia constitui a base de sustentação e aprimoramento para essa frente ampla de atuação em assistência técnica, visando ao necessário impacto social para a grande escala de demandas existentes.

As três primeiras edições do curso foram certificadas como Tecnologia Social na premiação 2019 da Fundação Banco do Brasil, na categoria Educação, bem como recebeu Menção Honrosa no Prêmio Extensão da Associação das Escolas e Faculdades de Arquitetura Públicas da América do Sul (Arquisur) 2019, fortalecendo o seu reconhecimento nacional. Esses resultados deram o suporte necessário para a sua continuidade na Faufba, como curso permanente *lato sensu*, aprovado pelo Proext/UFBA, a partir de 2020, como mais um passo para a consolidação de residências acadêmico-profissionais nessa área de atuação.

Ao final das três edições experimentais, com base nos resultados ajustados ao longo do processo, seguiu-se um amplo debate sobre a viabilidade de continuidade como curso permanente. Para isso, realizou-se o Seminário de Avaliação em 2019, com a participação de egressos, representantes de comunidades, professores credenciados e novos professores candidatos. Mantendo-se o escopo de residência acadêmica, buscou-se aprimorar o formato

de disciplinas, atividades, tempo de aulas presenciais e antecipação da interação com as comunidades, delineando-se uma grade mais aberta e flexível.

O início da quarta edição, em março de 2020, com a gestão renovada por um quadro de jovens professores, foi surpreendida pela pandemia do coronavírus, que se instalou de forma abrangente, impondo o afastamento físico-social, sem previsão de término a curto prazo. A perspectiva extensionista do curso logo foi transformada em ações de solidariedade nas comunidades em que já se havia trabalhado, sendo então montado o projeto coletivo Mobiliza RAU+E, buscando apoios para ações de prevenção, instalação de pontos de higiene em locais estratégicos, cartilhas, material de limpeza e de subsistência. As limitações impostas pela pandemia, com o prolongado afastamento físico e a inviabilidade da realização do curso planejado, entre outras atividades acadêmicas virtuais, deu lugar ao Ciclo de Debates “Ampliando campos de atuação: ideias e práticas contemporâneas em assistência e assessoria técnica no Brasil”, com várias mesas de professores e convidados externos para discussão docente-discente das temáticas pertinentes ao curso. (RAU+E/UFBA, 2020)

Esse processo de renovação pedagógica, adesão ampla e adaptações criativas de extensão-ensino-pesquisa frente aos obstáculos demonstra a potência desse espaço acadêmico extensionista na pós-graduação *lato sensu*, espaço a ser conquistado em prol do interesse social coletivo.

CONSIDERAÇÕES PARA NOVAS PRÁTICAS EM AU NO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

O século XX, com as cidades industriais avançando para as periferias rurais, nos amplos arrabaldes vazios, propiciou a idealização de modelos funcionais na produção desse novo espaço urbano, com atributos urbanísticos da utopia das “cidades ideais”. Essa condição trouxe a arquitetura e o urbanismo como protagonistas dessas idealizações e as ações do Estado, como ordenador e gestor das políticas públicas nos territórios, para dinamizar um mercado imobiliário emergente, promotores dessa produção. Nesse processo, as contradições sociais imprimiram no ambiente construído outras “cidades reais”. As profundas desigualdades sociais, aliadas à exclusão urbanística de amplas áreas periféricas de baixo valor fundiário, resultaram, como indicado no início deste texto, em territórios segregados, autoconstruídos precariamente, de habitabilidade inadequada e riscos recorrentes. Formam as muitas favelas da periferia do capitalismo, crescentemente complexas nas suas amplitudes e densificação de conteúdos sociais, ambientais e culturais próprios, surgidos na constituição desses territórios.

No cenário da globalização neoliberal atual, a prolongada pandemia do coronavírus veio pôr em xeque o desmonte das políticas públicas sociais de proteção ao bem-estar coletivo, a vulnerabilidade dos ambientes coletivos e a recorrente destruição ambiental planetária. Nesse novo contexto, o Estado se mostra incapaz para responder às demandas imediatas do coletivo, a ciência se impõe indispensável, as tecnologias de comunicação trazem mudanças nas relações interpessoais e as incertezas do mercado interferem na economia e na produção das cidades. As mudanças pós-pandemia são imprevisíveis, mas seus impactos já são perceptíveis nas relações de trabalho,

no desemprego estrutural e na qualidade do ambiente da habitação e dos espaços coletivos. Como essas questões afetarão as políticas urbanas?

Como pontuado, no Brasil, é gigantesco o desafio historicamente colocado do acesso adequado à habitação para uma grande parte da população majoritariamente urbana. As políticas implementadas, voltadas prioritariamente para dinamizar o mercado imobiliário, não deram conta das demandas sociais, tampouco da qualificação do ambiente construído nas periferias urbanas de altas densidades e extremas carências nos espaços privados e coletivos.

Diante das particularidades dessa urbanização no Brasil e das diversidades locais, os avanços e retrocessos na história recente das políticas urbanas indicam que as propostas mais apropriadas para produção e redução da precariedade habitacional foram aquelas concebidas de forma descentralizada e participativa, trazidas por processos de autogestão financiados com parcerias institucionais, incorporando assessorias e assistência técnica, com a participação ativa dos moradores. Esse trabalho é diversificado a cada território e exige uma ampla adesão social, na qual além da participação ativa dos moradores, os arquitetos, urbanistas e profissionais de áreas afins são indispensáveis, com especial atenção para as áreas de saúde e educação, também direitos sociais fundamentais.

O papel extensionista das universidades é fundamental nesse campo de atuação pelas possibilidades irrigadoras de soluções partilhadas e pela mediação e realização de tecnologias sociais próprias e inovadoras, condição essencial na renovação do conhecimento e formação profissional para a produção e melhoria de habitação adequada e cidades mais sustentáveis.

Nos últimos anos, em diversas universidades, ampliam-se as iniciativas de projetos extensionistas e, no âmbito da pós-graduação, crescem as possibilidades de capacitação técnico-prática, potencializando importantes avanços sociais, conforme indicados nos projetos analisados. Na área de AU, a Lei Federal nº 11.888/2008, de Athis, contribui para alavancar tais iniciativas. Nas circunstâncias da sua não regulamentação, não é raro se ouvir que a lei de Athis ainda não foi aplicada. Entretanto, na ausência do fomento para sua efetivação plena, as iniciativas extensionistas das universidades, a exemplo das residências acadêmicas, vêm dando sustentação antecipada para capacitação e ampliação das discussões e mobilização das organizações populares e profissionais. Mais importante, nessas práticas de extensão-ensino-pesquisa, o protagonismo das soluções adequadas está no compartilhamento dos conhecimentos: do lugar, dos moradores e dos técnicos. São saberes complementares que se colocam como essenciais para as transformações possíveis do ambiente construído e de viver.

São experiências que fomentam outras formas de pensar e atuar, outras arquiteturas e urbanismos em construção. Na formação profissional, requerem universidades que aprofundem os processos pedagógicos extensionistas de diálogo com a realidade. Na área de AU e afins, as demandas sociais colocadas ampliam as possibilidades do campo de atuação em assessoria e assistência técnica. Essa tarefa exige outros princípios e políticas de ação, projetos em movimento trazidos para esta reflexão.

Retoma-se, nessa perspectiva, o diálogo com o mestre Paulo Freire (1985, p. 14), na sua crítica ao assistencialismo da extensão agrícola dos anos

1960, de imposição do saber, como “o ato de estender suas técnicas, entregá-las, prescrevê-las”, opondo a uma assistência técnica que, “[...] para ser verdadeira, só pode realizar-se na práxis. Na ação e na reflexão. Na compreensão crítica das implicações da própria técnica”. (FREIRE, 1985, p. 62) Entende-se que a incorporação desse pensamento na releitura da extensão universitária que avança no presente amplia o seu significado para expandir-se – no tempo e no espaço –, alongar-se, engrandecer, aumentar e fortalecer o conceito dialógico da educação pela autonomia, o que certamente alarga esses caminhos!

A expectativa do pós-pandemia planetário já demonstra a urgência da relação sustentável homem-natureza para a sobrevivência e bem-estar coletivo. No Brasil, a realidade evidenciada das desigualdades sociais e a necessidade de condições adequadas no ambiente construído urbano apontam para a urgência dessa aderência, na aprendizagem coletiva, pelo direito à cidade e construção de novas políticas sociais por cidades melhores e mais justas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 26 dez. 2008.

GORDILHO-SOUZA, Angela. *Limites do Habitar*. Segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. Salvador: EDUFBA, 2008. [2ª. Edição atualizada]

GORDILHO-SOUZA, A. M. *Proposta para Implantação de Residência Profissional em Arquitetura*. Salvador, 2011. Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade.

GORDILHO-SOUZA, A. M. Cidade seletiva e exclusividade urbana: megaeventos, grandes projetos e a Copa 2014 em Salvador. In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de et al. (org.). *Metrópoles na atualidade brasileira: transformações, tensões e desafios na região metropolitana de Salvador*. Salvador: Edufba, 2014. p. 153-201.

GORDILHO-SOUZA, A. M.; EMILIANO, E. de; ROCHA, H. F. M. Processo e produto na assistência técnica da residência AU+E/UFBA. In: URBFAVELAS - SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS, 3., 2018, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: UCSAL, 2018.

GORDILHO-SOUZA, A. M.; GOMES, J. D. (coord.). *Ações participativas para implementação do Parque Theodoro Sampaio: acessibilidades e marcos visuais*. Salvador, 2019. Chamada Pública Simplificada de Projetos. Ministério Público do Estado da Bahia, Promotoria de Justiça, Habitação e Urbanismo, ACOPAMEC/LabHabitar-PPGAU-FAUFBA. Relatório Final.

GORDILHO-SOUZA, A.M. Residências acadêmicas em arquitetura e urbanismo: projetos em movimento para ensino-pesquisa-extensão na pós-graduação. In: GORDILHO-SOUZA, A.M.; COTRIM, M.; SUAREZ, N.A. (org.). *Pesquisa em*

projeto e extensão na pós-graduação em arquitetura e urbanismo. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: ANPARQ, 2020.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

IBGE. IBGE divulga estimativa dos municípios para 2020: estatísticas sociais. *Agência de Notícias*, Rio de Janeiro, 27 ago. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28668-ibge-divulga-estimativa-da-populacao-dos-municipios-para-2020>. Acesso em: 10 out. 2020.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. São Paulo: Vozes, 2011.

RAU+E/UFBA. *Ciclo de debates RAU+E/UFBA*. Ampliando campos de atuação: ideias e práticas contemporâneas em assistência e assessoria técnica no Brasil. Mesa 7: *Entre conceitos e práticas: assistência, assessoria, extensão*. Salvador, 18 out. 2020. Disponível em: <https://arquitetura.ufba.br/pt-br/ciclo-de-debates-raue-mesa-7>. Acesso em: 20 nov. 2020.

RAU+E/UFBA. *Curso de especialização lato sensu permanente em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade*. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013. Disponível em: <http://www.residencia-aue.ufba.br/>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SANTOS, Milton. *A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. 2004. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf>. Acesso em: 8 maio 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. *Curso de Especialização Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade – Implantação de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia*. 2011. Aprovado pelo PROEXT-UFBA como Curso de pós-graduação *lato sensu*.

ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Momentos coletivos da primeira turma 2013/2014: docentes, discentes, comunidades e convidados



Fonte: acervo da RAU+E/UFBA.

Figura 2 – Momentos coletivos da segunda turma 2015/2016: docentes, discentes, comunidades e convidados



Fonte: acervo da RAU+E/UFBA.

Figura 3– Momentos coletivos da terceira turma 2017/2018: docentes, discentes, comunidades e convidados



Fonte: acervo da RAU+E/UFBA.